

**APORTE HISTÓRICO E LEGAL DE INCLUSÃO DOS DISCENTES COM ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTADOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS**

Vanderléia Rodrigues da Silva Seidel<sup>1</sup>  
Maria Lourdes Gisi<sup>2</sup>  
Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira<sup>3</sup>

**Resumo:** Neste artigo, busca-se discorrer sobre o efetivo atendimento aos discentes com Altas Habilidades (AH) e ou superdotados (SD) na Educação Básica. O estudo objetiva identificar o aporte histórico e legal de atendimento dessa parcela de educandos no Brasil, à luz dos Direitos Humanos e Fundamentais. Nesse sentido, o estudo pauta-se em analisar produções científicas desenvolvidas no período de 2020-2023, que abordem o tema, mediante realização de uma revisão narrativa da literatura, com busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e análise documental. Esse estudo contempla análises segundo as contribuições de Gama (2006), Saviani (2011) e Novelino (2012). Tem-se que atualmente, no Brasil, o legislador, em nível infraconstitucional, regulamentou a possibilidade de atendimento diferenciado, visando atender a estudantes com AH/SD. No entanto, na prática cotidiana, constata-se que a legislação passa a ser “letra morta”, ou seja, inaplicável, pois não ocorre uma abordagem efetiva para atendimento a estudantes que apresentam AH/SD. Com base nos Direitos Humanos e Fundamentais, o estudo revela a necessidade de um atendimento mais equitativo e efetivo, que garanta o direito à educação adequada para todos os estudantes, independentemente de suas características cognitivas, destacando-se a importância de políticas públicas que efetivem esses direitos de modo concreto.

**Palavras-chave:** Altas Habilidades. Superdotação. Direitos Humanos. Direitos Fundamentais. Legislação Educacional.

**HISTORICAL AND LEGAL CONTRIBUTION OF INCLUSION OF STUDENTS WITH HIGH ABILITIES OR GIFTEDNESS IN BASIC EDUCATION IN LIGHT OF HUMAN RIGHTS AND FUNDAMENTAL PRINCIPLES**

**Abstract:** This article seeks to discuss the effective care of students with High Abilities (HA) or gifted in Basic Education. The study aims to identify the historical and legal support for this group of students in Brazil, in light of Human and Fundamental Rights. In this sense, the present study is based on analyzing scientific productions developed in the period 2020-2023, which address the topic, by carrying out a narrative review of the literature with a search in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and documentary analysis. This study includes analyzes according to the contributions of Gama (2006), Saviani (2011) and Novelino (2012). In Brazil, currently the legislator, at an infra-constitutional level, regulated the possibility of differentiated assistance, aiming to serve students with HS/SD. However, in everyday practice, it appears that the legislation becomes a “dead letter”, that is, inapplicable, there is no effective approach to assisting students who present with HA/

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba, - PR- Brasil. Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação. Mestre em Educação, pela UNOESC. Professora do Curso de Direito da UNOESC – Campus Videira/SC. E-mail de contato: leia1807@hotmail.com.

<sup>2</sup> Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba, - PR- Brasil. Professora Titular do Programa de Pós-graduação em Educação. Doutora em Educação (UNESP). E-mail de contato: gisi.marialourdes@gmail.com.

<sup>3</sup> Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba, PR- Brasil. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação. Doutora em Educação (PUCPR). E-mail de contato: alboni@alboni.com.

gifted. Based on Human and Fundamental Rights, the study reveals the need for more equitable and effective attention, which guarantees the right to an education suitable for all students, regardless of their cognitive characteristics, highlighting the importance of public policies that realize these rights.

**Keywords:** High Skills. Giftedness. Human rights. Fundamental Rights. Educational Legislation.

## **CONTRIBUCIÓN HISTÓRICA Y LEGAL DE LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON ALTAS HABILIDADES O SUPERDOTADOS EN LA EDUCACIÓN BÁSICA A LA LUZ DE LOS DERECHOS HUMANOS Y PRINCIPIOS FUNDAMENTALES**

**Resumen:** Este artículo busca discutir la atención efectiva a estudiantes con Altas Capacidades (AH) o superdotados (DS) en Educación Básica. El estudio tiene como objetivo identificar el soporte histórico y jurídico de este grupo de estudiantes en Brasil, a la luz de los Derechos Humanos y Fundamentales. En este sentido, el presente estudio se basa en el análisis de producciones científicas desarrolladas en el período 2020-2023, que abordan el tema, mediante la realización de una revisión narrativa de la literatura con una búsqueda en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD), y análisis documental. Este estudio incluye análisis según los aportes de Gama (2006), Saviani (2011) y Novelino (2012). En Brasil, actualmente el legislador, a nivel infraconstitucional, reguló la posibilidad de asistencia diferenciada, con el objetivo de atender a estudiantes con HS/SD. Sin embargo, en la práctica cotidiana, parece que la legislación se convierte en “letra muerta”, es decir, inaplicable, no existe un enfoque eficaz para ayudar a los estudiantes que presentan AH/SD. Basado en los Derechos Humanos y Fundamentales, el estudio revela la necesidad de una atención más equitativa y efectiva, que garantice el derecho a una educación adecuada a todos los estudiantes, independientemente de sus características cognitivas, destacando la importancia de políticas públicas que concreten estos derechos.

**Palabras clave:** Altas Habilidades. Superdotación. Derechos Humanos. Derechos Fundamentales. Legislación Educativa.

### **Introdução**

As unidades escolares, enquanto instituições inseridas em sociedade, refletem, ainda que subjetivamente, elementos culturais, políticos, econômicos e filosóficos, bem como são atingidas pelas normas devidamente regulamentadas ou que no decorrer foram outorgadas ou promulgadas modificando regulamentações já existentes. Ainda que o Direito seja dinâmico, pois visa regulamentar as constantes evoluções e transformações que ocorrem na sociedade, nas unidades de ensino, tem-se que a escola tende a reproduzir o padrão social, ou seja, de desigualdade e exclusão social, repetindo o modelo capitalista, ou então, moldando-se aos governos em exercício.

Assim, o sistema de ensino acaba sendo “engessado” ao ofertar ensino que, por vezes, não comporta efetivamente a diversidade e a inclusão. A situação que já é delicada agrava-se quando, em âmbito escolar, educandos com alta capacidade cognitiva e ou superdotados

frequentam a unidade de ensino. Eis que os problemas tendem a se potencializar, pois esses estudantes, não sendo mediados para avivar o desenvolvimento de suas capacidades e seu potencial máximo para carreiras profissionais para a pesquisa, esporte, ciência, tecnologia, entre outras, acabam desmotivados, abandonando a escola, praticando atos ilícitos, que viram caso de segurança pública. Outros, ainda, são medicados e passam sonolentemente a frequentar a escola. Embora uma parcela considerável de comandos legislativos, ainda que tardiamente, venha ao encontro desses educandos, positivando normas, muitas delas não são aplicadas, infringindo expressamente os direitos humanos e fundamentais.

Dessa forma, apresentamos, nesse artigo, com base em fontes bibliográficas e documentais, o aporte histórico e legal de atendimento aos discentes da Educação Básica com AH/SD no Brasil, à luz dos Direitos Humanos e Fundamentais.

Nesse viés, o propósito desse estudo é fomentar a reflexão e enaltecer o desígnio de que a escola é para todos e que todos devem ser considerados em sua individualidade, propiciando, assim, a formação de agentes de transformação e mentes pensantes.

Para o desenvolvimento desse artigo, pautamo-nos em uma pesquisa com abordagem qualitativa mediante uma revisão narrativa da literatura, sendo realizadas buscas na Biblioteca Digital Brasileira (BDTD), no endereço eletrônico: <https://bdttd.ibict.br/vufind/>, com os descritores: Altas Habilidades e Ensino Fundamental; Altas Habilidades e Acesso à Educação Básica; Altas Habilidades e Direitos Humanos e Fundamentais. É imperioso realizar a análise de materiais já publicados, para entender a temática sob o olhar de vários autores. As informações coletadas foram interpretadas sob a óptica da Hermenêutica (Gadamer, 2003) e com abordagem qualitativa, conforme explicam Bogdan e Biklen (1998, p. 3), uma vez que “os pesquisadores qualitativistas procuram entender o processo pelo qual as pessoas constroem significados e descrevem o que são estes”.

### **Aporte histórico da educação dos estudantes com AH/SD**

Com a chegada ao Brasil dos primeiros padres jesuítas, em 1549, tem início a educação formal e a circulação de ideias pedagógicas (Saviani, 2011), mas em que pese o processo de regulamentação da educação e o desenvolvimento das primeiras ideias pedagógicas no Brasil terem sido reconhecidas ainda nas primeiras décadas da chegada dos portugueses ao país, as

primeiras ideias a ventilarem e reconhecerem educandos com altas habilidades ou superdotação ocorrem somente por volta de 1930, como se constata na afirmação de Gama (2006):

O interesse por alunos superdotados, no Brasil, teve início na década de trinta, quando *Leoni kasef* publicou *A Educação dos supernormais*. Em seu livro, ele refere-se à Reforma do Ensino Primário, Profissional e Normal do Estado do Rio de Janeiro, ocorrida em 1929 (Gama, 2006, p. 21-22 – Grifo no original).

Ainda nas décadas de 30, Estevão Pinto (1933) publicou o livro com o título *Problema da educação dos bem-dotados*. Nesta obra, o autor “salienta os preconceitos relativos à formação de uma aristocracia intelectual, fechada e perigosa, não obedecendo ao princípio básico da democratização do ensino, o que era falso, uma vez que não atende ao desenvolvimento das aptidões e potencialidades” (Novaes, 1979, p. 77).

Em relação à proteção, a positivação de normas e políticas públicas de proteção e inclusão dos superdotados no Brasil, tem-se que começaram a tomar visibilidade a partir das últimas cinco décadas. Nos anos 70, nos cadastros de alunos nacionais começam a aparecer os superdotados, fenômeno que decorre da Lei nº 4.024/1961 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a qual se referia aos alunos superdotados/com altas habilidades, nomeando-os como “excepcionais”, conforme citado a seguir:

TÍTULO X – Da Educação de Excepcionais

[...]

Art. 89 – Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudos, empréstimos e subvenções. (Brasil, 1961).

Com a Lei nº 5.692, de agosto de 1971, aparece expressamente o termo Superdotados na legislação educacional brasileira, como se constata a seguir:

[...]

Art. 9º - Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação. (Brasil, 1971).

Nos anos subsequentes, foram aprovados alguns Pareceres pelo Conselho Nacional de Educação, com o intuito de atender aos superdotados, dos quais destacamos o Parecer CFE nº 255, de 9 de março de 1972 (Brasil, 1972). Em seguida, houve a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), vinculado ao MEC, responsável por desenvolver ações educativas e financiar iniciativas de atendimento às pessoas com deficiência e com altas habilidades ou superdotadas, sendo o primeiro esboço em concreto traçado pelo governo federal visando elaborar políticas nacionais nesta área (Andrés, 2010).

Já nas décadas de 80, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, teve-se o reconhecimento, ainda que de modo indireto, agora superando a fase infraconstitucional, dos alunos com altas habilidades ou superdotados. Eis que em seu texto legal destaca-se que a educação deve ser ofertada a todos e respeitando a individualidade dos sujeitos no processo.

A legislação infraconstitucional, por meio da Lei nº 9.394/96 – LDB, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dedica à Educação Especial um capítulo todo, esclarecendo:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

[...]

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

[...]

Art. 59-A. O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado. (Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015). (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) (Brasil, 1996).

Segundo a Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), da qual o Brasil é signatário, os discentes superdotados fazem parte do público a ser atendido pelas políticas públicas da educação inclusiva.

Extraí-se da leitura e da hermenêutica dos dispositivos citados que o legislador prevê a possibilidade de ofertar aos estudantes superdotados atendimento que propicie seu pleno desenvolvimento. No entanto, é evidente que não basta garantir os direitos dos alunos com altas habilidades/ ou superdotados em documentos legais se as diretrizes não forem conhecidas e discutidas especificamente, a fim de buscar a implementação adequada em áreas públicas individuais.

Nesse sentido, destaca-se a importância de gestores escolares, equipe pedagógica e revisores dos Projetos Políticos-Pedagógicos das escolas conhecerem a legislação e, acima de tudo, mostrarem-se comprometidos com o desenvolvimento pleno de cada estudante, buscando ferramentas para colocar na prática os elementos mencionados em lei, decretos, resoluções e pareceres.

### **Produções científicas desenvolvidas entre 2020-2023, que abordam AH/SD**

Para o desenvolvimento deste item no artigo, pautamo-nos em uma pesquisa realizada mediante revisão narrativa da literatura, sendo realizadas buscas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)<sup>4</sup>. A abrangência espacial compreende o Estado brasileiro e em relação à abrangência temporal, limitamo-nos a analisar as produções científicas de Teses e Dissertações desenvolvidas entre os anos de 2020-2023.

As técnicas de análise adotadas para o estudo das produções científicas foram realizadas em duas etapas principais: a organização e a interpretação dos dados.

Na primeira etapa, as publicações selecionadas foram classificadas e sistematizadas em planilhas, com base em critérios como título, autor, ano de defesa, instituição de origem, e as palavras-chave associadas. Esse processo permitiu mapear as publicações e verificar a distribuição geográfica das pesquisas. Utilizamos, então, uma análise qualitativa das palavras-chave para identificar as temáticas recorrentes entre as dissertações e teses. A partir dessa análise, conseguimos observar a predominância de temas como identificação de AH/SD,

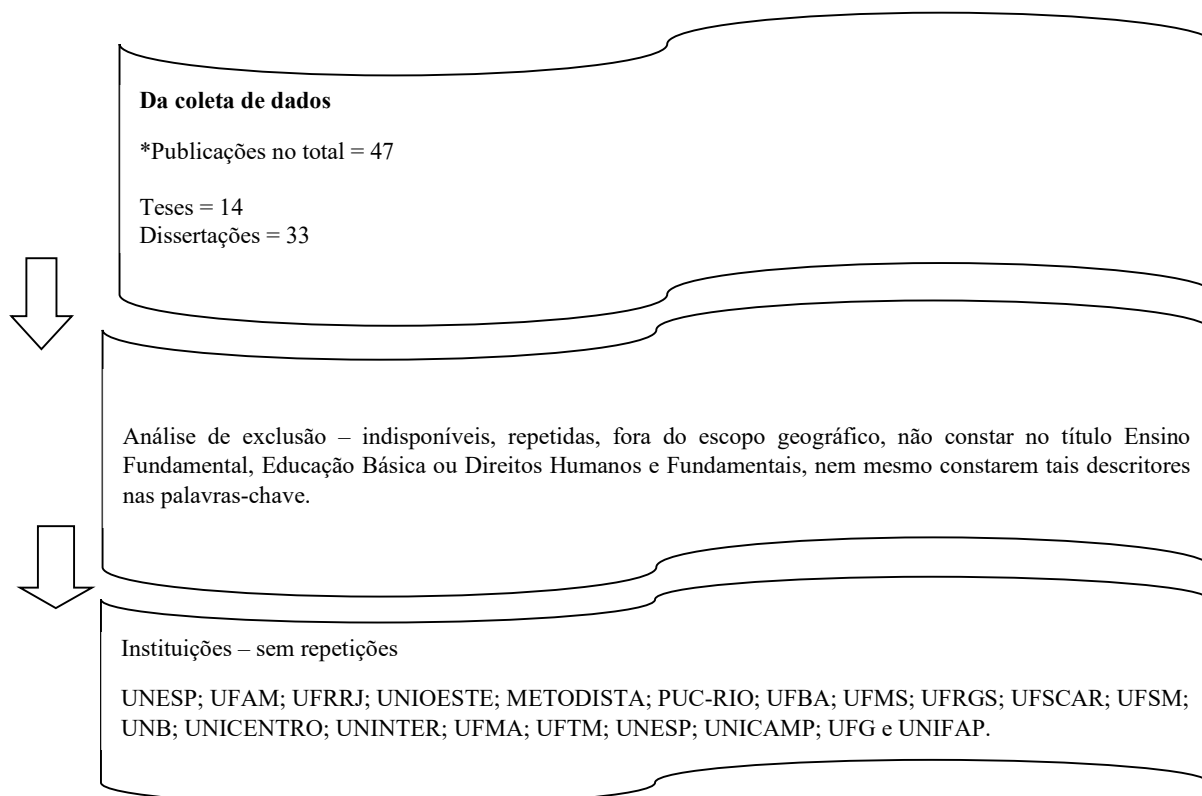
<sup>4</sup> Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

atendimento educacional especializado, formação de professores e enriquecimento curricular.

Na segunda etapa, focamos na análise detalhada das metodologias empregadas nos estudos, a fim de observar grande variedade de abordagens, como pesquisa qualitativa, pesquisa-ação, estudo de caso e aplicação de questionários. Essas metodologias refletiram, em grande parte, o foco nas experiências de professores, alunos e profissionais da educação, buscando compreender como o atendimento a alunos com AH/SD é realizado na prática e os desafios enfrentados pelas instituições.

Como critério de inclusão, reportamo-nos a produções apresentadas em língua nacional (português). Os critérios de exclusão compreenderam: trabalhos indisponíveis, repetidos, fora do escopo geográfico, que não constassem no título Ensino Fundamental, Educação Básica ou Direitos Humanos e Fundamentais (descritores), nem tais descritores nas palavras-chave, conforme se observa na Figura 1 a seguir.

**Figura 1 – Dos achados – Revisão Narrativa**



**Fonte:** Acervo das autoras (2023).

Para acostar os dados acima narrados, dispomos dos seguintes procedimentos: 1. Acesso à Plataforma; 2. Usando individualmente os descritores, realizaram-se as buscas; 3. Criação de planilhas para cada descritor; 4. Conexão dos descritores; 5. Identificação do total de publicações; 6. Somatória do número de Teses e Dissertações; 7. Análise dos títulos; 8. Apreciação das palavras-chave; 9. Edificação das publicações de inclusão e exclusão; 10. Diagnóstico das universidades das quais as publicações eram oriundas; 11. Elaboração do fluxograma com base nos dados pesquisados, antes apresentados; 12. Desenvolvimento de categorias de análise, conforme propósito deste artigo (I – Publicações da ausência nos achados; II – Das universidades que encamparam as publicações e III – Análise a partir da perspectiva das autoras); 13. Apresentação dos resultados e discussão.

Com base na coleta dos dados, aplicaram-se os critérios de inclusão e exclusão, já informados. Do total de 47 publicações, foram 14 (quatorze) teses, correspondendo a 29,8%, e 33 (trinta e três) dissertações, correspondendo a um total de 70,2%. Após análise refinada da pesquisa, restaram excluídas, não citadas nem analisadas, 19 (dezenove) publicações.

Possivelmente, os achados encontrados são de relevância e de grande interesse de investigação no amplo campo da temática abordada (AH/SD), entretanto, em âmbito de especificidade, não trouxe expressiva colaboração.

**Quadro 1 – Produção Científica sobre AH/SD – 2020-2023**

TD	TI	AT	AD	IS	PALAVRAS-CHAVE
Tese	A TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DE ESTUDANTES COM INDICADORES DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO	OLIVEIRA, Elaine Cristina Batista Borges de	2022	Universidade Metodista de São Paulo	Altas Habilidades; Superdotação; Identificação; Atendimento Educacional Especializado.
Dissertação	AMPLIANDO O OLHAR SOBRE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO: FORMAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	AMARAL, Maycon Rodrigo Cardoso	2021	Centro Universitário Internacional – Uninter	Formação continuada. Altas h Habilidades/Superdotação. Crenças. Docentes. Metodologias inovadoras de ensino-aprendizagem.
Dissertação	AS CONCEPÇÕES DE PROFESSORES SOBRE ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE EXERGAMES NA EDUCAÇÃO FÍSICA	MORAES, Rodolfo Lemes de	2021	Universidade Estadual Paulista (Unesp)	Interdisciplinaridade, Material Didático, Educação Especial, Educação Física Escolar, Formação Continuada do Professor.
Dissertação	O JOGO DE TABULEIRO PROMOVENDO ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO	ATAÍDE, Michelle Aparecida de Almeida Teles de	2021	Universidade Estadual Paulista (Unesp)	Superdotação, Educação Especial, Inclusão, Enriquecimento Curricular.
Dissertação	O QUE DIZEM OS ESTUDANTES COM ALTAS	GURGEL, Karla	2023	Universidade Federal do	Educação Inclusiva, Educação Especial,



	HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO SOBRE SUAS RELAÇÕES NO AMBIENTE ESCOLAR?	Francisca Margarido Braga		Amazonas	Percepção do Estudante, Interação Escolar, Alunos Superdotados.
Dissertação	DE PEDAGOGO PARA PEDAGOGO: DIÁLOGOS A RESPEITO DA CRIANÇA COM ALTAS HABILIDADES/ SUPERDOTAÇÃO	SILVA, Giana Friedrich Gomes da	2022	Universidade Federal de Santa Maria Centro de Educação	Pedagogo. Altas Habilidades/Superdotação. Formação de Professores.
Dissertação	IDENTIFICAÇÃO, ENCAMINHAMENTO E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DE ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES/ SUPERDOTAÇÃO: DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	BARTZ, Adriane de Lima Vilas Boas	2022	Universidade Estadual do Oeste do Paraná Cascavel	Altas Habilidades/Superdotação Identificação Encaminhamento Atendimento Educacional Especializado Formação de Professores.
Dissertação	A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I: O QUE PROPÕEM AS PUBLICAÇÕES DE 2015 A 2020 PARA MELHORIA DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DIALÓGICAS	SILVA, Thainá Ariane da	2022	Universidade Federal de São Carlos Câmpus São Carlos	Crianças; Participação; Argumentação; Escola.
Dissertação	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA DA REDE MUNICIPAL DE CANOAS/RS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE DIFERENTES DOCÊNCIAS	SILVA, Caroline Maciel da	2021	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	Educação Física. Inclusão. Prática Pedagógica. Ensino Fundamental. Escola Pública.
Dissertação	NECESSIDADES FORMATIVAS DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS: BUSCANDO UM ENSINO INCLUSIVO	PAES, Jéssica Caroline	2020	Universidade Estadual Paulista (Unesp)	Ensino de Ciências, Formação de Professores, Educação Inclusiva.
Dissertação	JUDICIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA INCLUSÃO ESCOLAR NA REDE REGULAR DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ-MS	VIEIRA, Charyze de Holanda	2021	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Educação Especial; Judicialização; Inclusão; Direitos e Garantias.
Dissertação	A PRÁXIS PEDAGÓGICA DE PROFESSORES QUE ENSINAM MATEMÁTICA EM SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NOS ANOS INICIAIS	SILVA, Alessandra Aparecida dos Reis	2022	Universidade Estadual do Oeste do Paraná Foz do Iguaçu	Atendimento Educacional Especializado Sala de Recursos Multifuncionais Inclusão Ação Docente Ensino de Matemática.
Tese	INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: NOVAS TESSITURAS PARA O CAMPO DA DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA	OLIVEIRA, Gracy Kelly Andrade Pignata	2021	Universidade Federal da Bahia	Inclusão Educacional Docência Ensino Superior Inclusion Educational Pessoa com Deficiência.
Dissertação	ESTUDANTES SUPERDOTADOS MATEMATICAMENTE HABILIDOSOS: UMA PROPOSTA DE TRABALHO POR MEIO DA INVESTIGAÇÃO MATEMÁTICA	LEMOS JÚNIOR, João Carlos	2021	Universidade Estadual do Centro-Oeste	Superdotados Matematicamente Habilidosos Investigação Matemática Enriquecimento Curricular.
Tese	IMAGINAR E CRIAR: O USO DA LINGUAGEM DE COMPUTAÇÃO NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA	OLIVEIRA, Mariana Corrêa Pitanga de	2020	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Educação Especial Educação Inclusiva Linguagem de Computação Processos Psicológicos Superiores Imaginação e Criação.
Dissertação	THINKTED LAB, UM CASO DE	PIRES,	2021	Universidade	Educação em Computação

	APRENDIZAGEM CRIATIVA EM COMPUTAÇÃO NO NÍVEL SUPERIOR	Fernanda Gabriela de Sousa		Federal do Amazonas	Aprendizagem Criativa.
Dissertação	PERSPECTIVA DOCENTE QUANTO À INCLUSÃO: ASPECTOS PEDAGÓGICOS E ARQUITETÔNICOS EM QUESTÃO	SILVA, Geane das Chagas	2021	Universidade Federal do Amazonas	Perspectiva Docente Educação Especial Educação Inclusiva Amazônia.
Dissertação	POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA & GESTÃO DEMOCRÁTICA: DESAFIOS? ESCOLARIZAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ESCOLA MUNICIPAL ANTON DWORSAK/DUQUE DE CAXIAS – RJ	LOUREIRO, Célia Regina Machado Jannuzzi	2020	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Educação Inclusiva Políticas Públicas Gestão Democrática.
Dissertação	A PERSPECTIVA DA INCLUSÃO DE DISCENTES COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	PEREIRA, Débora Thalita Santos	2022	Universidade Federal do Maranhão	Altas Habilidades; Superdotação; Educação Superior; Inclusão Acadêmica.
Tese	AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL EM INSTITUTOS FEDERAIS: SINGULARIDADES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	TREVISAN, Suzana	2023	Universidade LaSalle	Educação Especial Educação Profissional e Tecnológica Políticas Públicas Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia.
Dissertação	A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: MAPEAMENTO DA META 4 NA CIDADE DE PORTO NACIONAL NO ESTADO DO TOCANTINS	TANIHARA, Ingrid Luana Souza Rosário	2021	Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação	Plano Nacional de Educação Educação Inclusiva Educação Especial.
Dissertação	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	SALTO, Mariana Picchi	2020	Universidade Estadual Paulista (Unesp)	Educação Inclusiva Formação Continuada de Professores Ciências e Biologia.
Tese	CONCEPÇÕES DE DEFICIÊNCIA E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	SHIMITE, Amabriane da Silva Oliveira	2022	Universidade Estadual Paulista (Unesp)	Educação Superior Inclusão Concepção Deficiência Altas habilidades ou Superdotação.
Tese	A EXPERIMENTAÇÃO INVESTIGATIVA NA SONDADE DE INDICADORES DE ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO E NA POTENCIALIZAÇÃO NO ENSINO DE QUÍMICA	NÓBREGA, Lorrana Nara Naves	2022	Universidade Federal de Goiás – UFG	Experimentação Investigativa Altas Habilidades ou Superdotação Ensino de Química Sondagem de Indicadores de Altas Habilidades ou Superdotação Ensino de Ciências por Investigação.
Dissertação	MOBILIDADE. VIABILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM POLO DE ATENDIMENTO ÀS ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO E TALENTO NA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA	ABAD, Alberto Martin Antonio Padron	2020	UNIFAP – Universidade Federal do Amapá Brasil	Mobilidade Talento.
Dissertação	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORES DAS SALAS DE RECURSOS DE ALTAS	SANTOS, Karla Vanessa	2020	Universidade de Brasília	Educação Inclusiva. Altas Habilidades/Superdotação. Políticas

	HABILIDADES/ SUPERDOTAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL SEGUNDO A TEORIA DE JOSEPH RENZULLI	Gomes dos			Públicas. Práticas Pedagógicas. Teoria de Joseph Renzulli.
Dissertação	ANÁLISE DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL – RS	MOTTA, Jonas Fontoura da	2021	Universidade Federal de Santa Maria	Educação Especial Atendimento Educacional Especializado Educação inclusiva Oferta de Serviços

Fonte: As autoras, com base nos dados coletados na BDTD (2024).

**Siglas:** Teses e/ou Dissertações (TD) contemplando Título (TI), Autor(a) (AT), Ano da Defesa (AD), Instituição (IS) e Palavras-Chave.

## Análise das produções científicas sobre AH/SD

Ao analisarmos a origem das produções científicas sobre AH/SD selecionadas, identificamos publicações em 21 Instituições de Educação Superior no Brasil. Esse dado demonstra indício de ínfimas pesquisas no âmbito selecionado para esse estudo, pois, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2020), havia no Brasil 2.457 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e sete) instituições.

Analisando as palavras-chave das teses e dissertações selecionadas, há incidência de repetições dos termos (incluindo na contagem palavras derivadas e sinônimos), como mostra a nuvem de palavras a seguir:

Figura 2 – Demonstrativo da incidência dos termos das teses e dissertações



Fonte: As autoras, com base na seleção das palavras-chaves.

Esses dados corroboram o anterior, de que há poucas pesquisas no âmbito de estudantes que apresentam características de AH/SD, em análise, Ensino Fundamental, Educação Básica e Direitos Humanos e Fundamentais.

Ainda que a legislação de proteção aos estudantes que apresentam AH/SD seja contemporânea e que haja algumas leis recentemente publicadas, os achados comprovam que se trata de uma temática de ínfima abordagem pelos pesquisadores.

Quanto à metodologia, constatamos: Abordagem Qualitativa, 17 (dezesete) pesquisas; Qualitativa e Quantitativa, 1 (uma) pesquisa; Pesquisa-Ação, 1 (uma) pesquisa; Exploratória (Estado da Arte), 4 (quatro) pesquisas; Procedimento de Entrevista, 8 (oito) pesquisas; Estudo de Caso, 5 (cinco) pesquisas; Questionário, 7 (sete) pesquisas; Técnica do Grupo Focal, 2 (duas) pesquisas; Diário de Campo, 3 (três) pesquisas; Formulário Descritivo, 1 (uma) pesquisa; todos os estudos mencionavam revisão bibliográfica.

### **Educação à Luz dos Direitos Humanos e Fundamentais**

Mesmo que de modo ínfimo, pois os termos exercem elementos de interligação e complementação, faz-se necessário distinguir Direitos Humanos de Direitos Fundamentais. O primeiro tem transação direta, de cunho internacional, onde são tratados, convenções, acordos celebrados, cujo alcance vai além da soberania nacional; já o segundo aplica-se ao âmbito interno do país, em regra consagrados em nível constitucional.

Segundo Novelino (2012, p. 396-397):

A expressão *direitos fundamentais* (*droits fondamentaux*) surgiu na França e 1770, no movimento político e cultural que deu Origem à *Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Cidadão*, de 1789. Apesar da inexistência de um consenso acerca da diferença em relação aos *direitos humanos*, a distinção mais usual na doutrina brasileira é no sentido de que ambos, com o objetivo de proteger e promover a dignidade da pessoa humana, contemplam direitos relacionados à liberdade e à dignidade. A positivação desses valores, no entanto, ocorre em planos distintos. Enquanto os *direitos humanos* se encontram consagrados nos tratados e convenções internacionais (*plano internacional*), os *direitos fundamentais* são os direitos humanos consagrados e positivados na Constituição de cada país (*plano interno*), podendo o seu conteúdo e conformação variar de Estado para Estado (Novelino, 2012, p. 396/397 – Grifos no original).

Extraí-se que no Brasil, em âmbito educacional, asseguram-se os Direitos Humanos e os Direitos Fundamentais. Em esfera internacional, destacamos: a Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969 – Adotada e aberta à assinatura na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, em San José de Costa Rica, em 22 de novembro de 1969 – ratificada pelo Brasil em 25 de setembro de 1992.

**Os Estados-partes comprometem-se a adotar as providências, tanto no âmbito interno, como mediante cooperação internacional, especialmente econômica e técnica, a fim de conseguir progressivamente a plena efetividade dos direitos que decorrem das normas econômicas, sociais e sobre educação, ciência e cultura, constantes da Carta da Organização dos Estados Americanos, reformada pelo Protocolo de Buenos Aires, na medida dos recursos disponíveis, por via legislativa ou por outros meios apropriados.** (Brasil, 1992 – Destaques no original).

No âmbito dos Direitos Fundamentais, a Carta Magna de 1988, vigente, traz o direito à educação em vários dispositivos, conforme seu artigo 205, que dispõe expressamente:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988).

Portanto, à luz dos Direitos Humanos e Fundamentais, a educação no Brasil é direito de todos, com dever do Estado e da família em colaboração, a fim de promover o pleno desenvolvimento da pessoa, que compreende o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Assim, reflexões e adequações devem ser contínuas e considerando que a sociedade é dinâmica e que as unidades escolares estão inseridas neste processo, com diferentes inteligências, ao contemplarmos uma educação padronizada, talvez, o propósito dos direitos assegurados tornem-se falácias.

A política educacional do Brasil ampara a educação inclusiva e, de acordo com a legislação vigente, os paradigmas de integração e inclusão escolar coexistem na maioria dos sistemas escolares (Glat; Blanco, 2007; Sassaki, 2006). No entanto, embora as instituições formadoras apresentem o discurso da inclusão, na realidade elas utilizam os pressupostos da

integração, que abarca apenas os alunos que conseguem se adaptar à estrutura pedagógica e organizacional da escola. Segundo Mantoan et al (2006), embora os princípios de inclusão nas escolas tenham sido fortalecidos, a importância dos modelos de integração permanece na prática escolar. Portanto, não basta a legislação vigente assegurar direitos aos estudantes que apresentem necessidade de inclusão, há necessidade de efetiva prática pedagógica de inserção.

A inclusão objeto de reflexão nesse estudo compreende os discentes com AH/SD, os quais, em alguns casos, são ignorados, outros medicados e ainda outros começam a apresentar característica de indisciplinados, chegando alguns a abandonar a escola. Assim, passam a compor problema de segurança pública, envolvendo-se em ilícitos, havendo ainda o desperdício de inteligências pensantes, pois acabam sendo amparados por instituições de ensino estrangeira, que prestigiam e desburocratizam sua entrada.

Nesse sentido, destaca-se a Resolução CNE/CEB nº 02/2001, no artigo 8, inciso IX, no qual consta que as instituições de ensino necessitam instituir as classes comuns, com atividades que favoreçam, ao discente que apresente superdotação, o aprofundamento e o enriquecimento curriculares, mediante desafios acessórios nas classes comuns, em sala de recursos ou em outros espaços definidos pelos sistemas de ensino, adicional de matérias durante a aula, inclusive para conclusão, em menor tempo, da série ou etapa escolar nos termos do artigo 24, V, “c”, da Lei 9.394/96 (Brasil, 2001, p. 3).

Portanto, incluir discentes que apresentem superdotação na escola regular significa trabalhar com a heterogeneidade, potencializar o seu aprendizado, motivá-los, proporcionar ferramentas e condições para seu pleno desenvolvimento, mas, principalmente, evitar rótulos, supressão e segregação. Nesse sentido, uma escola tradicional, com práticas pedagógicas unificadas, visando atender e desenvolver a todos os educandos, não lograria êxito.

Em estudo recente de Mendonça, Capellini e Rodrigues (2022), intitulado *Atividades de enriquecimento vivenciadas por estudantes com altas habilidades/superdotação*, artigo publicado pela Revista Brasileira de Educação, constatou-se que:

[...] os pais não sabiam o que as escolas ofereciam aos seus filhos e, também, como eles poderiam oferecer atividades adicionais de desenvolvimento. Em contrapartida, constatou-se que as escolas deixam a cargo dos familiares e de outras instituições o atendimento a essa população. **Nem dentro da própria sala de aula são oferecidas atividades diferenciadas para esses estudantes**

e que também poderiam beneficiar toda a turma. Percebe-se que os estudantes com AH/SD ainda não são atendidos em suas necessidades e estimulados em todas as suas potencialidades. Evidencia-se que os professores sabiam das condições desses estudantes e, ainda assim, ignoraram a identificação e não ofereceram o enriquecimento, o que é um direito (Grifo nosso) (Mendonça; Capellini; Rodrigues, 2022, p. 20).

Sob a ótica dos Direitos Humanos e Fundamentais, vislumbra-se que a prática de inclusão dos discentes superdotados, em sua plenitude, não acontece.

### Considerações finais

Diante de todo o exposto, concluímos que é um verdadeiro desafio para a sociedade e para o Estado acompanhar as mudanças substanciais que a educação passou ao longo da história, e continua passando. Os educandos que permeiam as unidades de ensino se reinventaram por completo e estão incansavelmente em busca da realização pessoal.

Mesmo diante da evolução histórica do direito ao acesso, permanência e inclusão dos educandos, ainda há casos concretos e atuais de nítida resistência da escola em reconhecer e tutelar os direitos pertinentes dos educandos, sem contar a ineficácia dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 em relação ao bem jurídico a ser tutelado, a educação, eis que a escola continua reproduzindo um sistema de exclusão social, ao tratar todos iguais, quando desprestigia e ignora parcela considerável de educandos que não estão em situação de igualdade, nem em aspectos cognitivos, nem nos aspectos econômicos.

Corroborar essa informação a pesquisa realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), pois se constatou que das 47 publicações, não foram identificados estudos com as especificidades tratadas neste artigo, neste viés, os achados encontrados são de relevância e de grande interesse de investigação no amplo campo da temática abordada (AH/SD), entretanto, em âmbito de especificidade não trouxe expressiva colaboração.

Com base nas **pesquisas** realizadas, constata-se que os processos de inclusão em sua plenitude não ocorrem, pois se oferta e se assegura o direito à matrícula nas unidades escolares, porém, os processos educacionais acontecem em “bolhas”, sistemas fechados, e os educandos que necessitam de um acompanhamento diferenciado, neste estudo, os superdotados, acabam desmotivados, indisciplinados, alguns canalizando seus potenciais para a prática de atos ilícitos, fazendo parte estatisticamente dos adolescentes e jovens que necessitam da atuação dos órgãos

de segurança pública.

A análise dos dados coletados reforça que, para que a inclusão verdadeira aconteça, não basta garantir o acesso, é necessário que as práticas pedagógicas se adaptem às especificidades de cada aluno, bem como que a formação continuada dos educadores esteja alinhada a essas necessidades.

Ante ao exposto, refletimos em viés conclusivo: somos educadores, gestores educacionais, os adultos da relação, nossas escolhas e práticas refletem no produto que entregamos à sociedade, portanto, faz-se necessário repensar. Vamos ver do que somos capazes!

Dessa forma, cabe-nos analisar cada um dos casos de modo concreto e equilibrado, de acordo com as suas peculiaridades, para que não resguarde o direito de uns, em detrimento do direito de outros, até que medidas eficazes se revelem.

## Referências

ABAD, Alberto Martin Antonio Padron. **Mobilidade. Viabilidade de implementação de um polo de atendimento às altas habilidades/superdotação e talento na fronteira branco-brasileira.** 2018. 223 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Fronteira) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2018. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNIFAP-4\\_83fcc6aa668a57e403dee45d8046e63](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNIFAP-4_83fcc6aa668a57e403dee45d8046e63) Acesso em: 27 nov. 2023.

AMARAL, Maycon Rodrigo Cardoso. **Ampliando o olhar sobre altas habilidades/superdotação: formação para profissionais da educação.** 2022. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário Internacional Uninter, 2021. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/METO\\_783da007564f8e6d90d1c1beaba4dfbd](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/METO_783da007564f8e6d90d1c1beaba4dfbd). Acesso em: 25 nov. 2023.

ANDRÉS, Aparecida. **Consultora Legislativa da Área XV Educação, Cultura e Desporto. Educação de Alunos Superdotados/Altas Habilidades Legislação e Normas Nacionais Legislação Internacional.** Biblioteca Digital, Câmara dos Deputados. 2010. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNINTER-3\\_fb5e3d023456ced59df6fe8064eab7a8](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNINTER-3_fb5e3d023456ced59df6fe8064eab7a8) . Acesso em: 28 out. 2023.

ATAÍDE, Michelle Aparecida de Almeida Teles de. **O jogo de tabuleiro promovendo enriquecimento curricular para alunos com altas habilidades/superdotação.** 2022. 164 f.



Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2021.  
Disponível em:  
[https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP\\_0d92c4a4ec81f5e5f9b09e439d113688](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_0d92c4a4ec81f5e5f9b09e439d113688) Acesso em:  
25 nov. 2023.

BARTZ, Adriane de Lima Vilas Boas. **Identificação, encaminhamento e atendimento educacional especializado de estudantes com altas habilidades/superdotação: desafios da educação brasileira.** 2022. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2022. Disponível em:  
[https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNIOESTE-1\\_d0836984e4969f21b0044f655e543708](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNIOESTE-1_d0836984e4969f21b0044f655e543708).  
Acesso em: 26 nov.2023.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Qualitative research for education: an introduction for theory and methods.** 3. ed. Boston: Allyn and Bacon, 1998.

BRASIL. **Lei nº 4.024/1961 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.html). Acesso em: 28 out. 2023.

BRASIL. **Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969 – Adotada e aberta à assinatura na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, em San José de Costa Rica, em 22.11.1969 - ratificada pelo Brasil em 25.09.1992.** Disponível em: <https://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm> .  
Acesso em: 22 fev. 2023.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Parecer CFE nº 255**, de 9 de março de 1972.

BRASIL. **Lei 9.394/96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 23 fev. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 22 fev. 2023.

BRASIL. Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

GAMA, Maria Clara Sodré S.; MIRANDA, Cecília; MELO, Laurinda B. G.; LIGI RO, Maria Beatriz; RIVERA, Monica Fomm; HILL, Oneida; CAVALCANTI, Paula Pessoa. **Educa o de superdotados: teoria e prática.** São Paulo: EPU, 2006.

GLAT, R.; BLANCO, L. de M. V. **Educação especial no contexto de um Educação Inclusiva**. Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

GURGEL, Karla Francisca Margarido Braga. **O que dizem os estudantes com altas habilidades/superdotação sobre suas relações no ambiente escolar?** 2023. 88 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2023. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFAM\\_a28888f9a51cefa6646f813f5cfc8eaa](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFAM_a28888f9a51cefa6646f813f5cfc8eaa). Acesso em: 26 nov. 2023.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. **Resultados do Censo da Educação Superior 2020**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/cento-da-educacao-superior/resultados-do-cento-da-educacao-superior-2020-disponiveis>. Acesso em: 17 nov. 2023.

GADAMER, Hans-Georg. **O Problema da Consciência Histórica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora. FGV. 2003.

LEMOS JÚNIOR, João Carlos. **Estudantes superdotados matematicamente habilidosos: uma proposta de trabalho por meio da investigação matemática**. 2021. 108 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCEN\\_c2823bb65504b8d35b126cb834b589bb](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCEN_c2823bb65504b8d35b126cb834b589bb) . Acesso em: 27 nov. 2023.

LOUREIRO, Célia Regina Machado Jannuzzi. **Políticas públicas de educação inclusiva & gestão democrática: desafios?** Escolarização do público-alvo da educação especial na Escola Municipal Anton Dworsak/Duque de Caxias – RJ. 2020. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2020. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRRJ-1\\_222dca879b2be7330193c331063e6497](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRRJ-1_222dca879b2be7330193c331063e6497). Acesso em: 27 nov. 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Egler; PRIETO, Lucía María; GAVIOLI, Roseli; ARANTES, Vera Amorim (Orgs.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. 1. ed. São Paulo: Summus, 2006.

MENDONÇA, Lurian Dionizio; CAPELLINI, Vera Lucia Messias Fialho; RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. Atividades de enriquecimento vivenciadas por estudantes com altas habilidades/superdotação. **Rev. Bras. Educ.**, n. 27, 2022. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782022270127> . Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/sxgFxD3S7x65ktgPS46KVkJ/#>. Acesso em: 23 fev. 2023.

MORAES, Rodolfo Lemes de. **As concepções de professores sobre altas habilidades ou superdotação e utilização de exergames na Educação Física.** 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp). 2021. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP\\_9a287a5c71784b588099dbf671cec3ac](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_9a287a5c71784b588099dbf671cec3ac). Acesso em: 25 nov. 2023.

MOTTA, Jonas Fontoura da. **Análise dos serviços de atendimento educacional especializado no município de Cachoeira do Sul – RS.** 2021. 87 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSM-20\\_f666dc8c4352ad1a4c4153d7c071b5c0](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSM-20_f666dc8c4352ad1a4c4153d7c071b5c0). Acesso em: 27 nov. 2023.

NÓBREGA, L. N. N. **A experimentação investigativa na sondagem de indicadores de altas habilidades ou superdotação e na potencialização no ensino de química.** 2022. 184 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFG\\_057343ccc619233b09499476d075d8df](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFG_057343ccc619233b09499476d075d8df). Acesso em: 27 nov. 2023.

NOVAES, Maria Helena. **Desenvolvimento psicológico do superdotado.** São Paulo: Atlas, S.A., 1979.

NOVELINO, Marcelo. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.** 6. ed. ver. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012.

OLIVEIRA, Elaine Cristina Batista Borges de. **A trajetória educacional de estudantes com indicadores de altas habilidades/superdotação.** 2022. 182 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2022. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/METO\\_783da007564f8e6d90d1c1beaba4dfbd](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/METO_783da007564f8e6d90d1c1beaba4dfbd). Acesso em: 25 nov. 2023.

OLIVEIRA, Gracy Kelly Andrade Pignata. **Inclusão na Educação Superior: novas tessituras para o campo da docência universitária.** 2021. 218 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFBA-2\\_fbe0765349f68368d9c65041c9fefef3](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFBA-2_fbe0765349f68368d9c65041c9fefef3). Acesso em: 26 nov. 2023.

OLIVEIRA, Mariana Correia Pitanga de. **Imaginar e criar: o uso da linguagem de computação numa perspectiva inclusiva.** 2020. 150 f. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2020. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRRJ-1\\_0d661a562d38d1524e79fd46c2f2a5c7](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRRJ-1_0d661a562d38d1524e79fd46c2f2a5c7). Acesso em: 27 nov. 2023.

PAES, Jéssica Caroline. **Necessidades formativas de professores de Ciências: buscando um ensino inclusivo.** 2020. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp). Disponível em:

[https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP\\_11d35e9f0853a1c5ab5766d536310410](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_11d35e9f0853a1c5ab5766d536310410). Acesso em: 26 nov. 2023.

PEREIRA, Débora Thalita Santos. **A perspectiva da inclusão de discentes com altas habilidades/superdotação na educação superior.** 2022. 255 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade/CCH) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022. Disponível em:

[https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMA\\_9ab04d83277a2ac558aa295f684eac72](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMA_9ab04d83277a2ac558aa295f684eac72). Acesso em: 27 nov. 2023.

PINTO, Estevão. **O problema da educação dos bem-dotados.** São Paulo: Melhoramentos, 1933.

PIRES, Fernanda Gabriela de Sousa. **ThinkTEd Lab, um caso de aprendizagem criativa em computação no nível superior.** 2022. 196 f. Dissertação (Mestrado em Informática) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2021. Disponível:

<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8761>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SALTO, Mariana Picchi. **Formação continuada de professores de ciências e biologia para a educação inclusiva.** 2020. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp). Disponível em:

[https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP\\_6b3827c081a34f86dd9ad348a8d92d01](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_6b3827c081a34f86dd9ad348a8d92d01). Acesso em: 28 nov. 2023.

SANTOS, Karla Vanessa Gomes dos. **Práticas pedagógicas de professores das salas de recursos de Altas Habilidades/Superdotação do Distrito Federal segundo a teoria de Joseph Renzulli.** 2020. 152 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em:

[https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB\\_6ec35eb7818a338564c5cafd4a554a44](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_6ec35eb7818a338564c5cafd4a554a44). Acesso em: 28 nov. 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 7ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 3. ed. Campinas São Paulo: Autores Associados, 2011.

SILVA, Alessandra Aparecida dos Reis. **A práxis pedagógica de professores que ensinam matemática em salas de recursos multifuncionais nos anos iniciais.** 2022. 167 f.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ensino) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu – PR. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNIOESTE-1\\_9e953892406a7dc009e7687e13ac0552](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNIOESTE-1_9e953892406a7dc009e7687e13ac0552). Acesso: 26 nov. 2023.

SILVA, Caroline Maciel da. **Práticas pedagógicas inclusivas na educação física da rede municipal de Canoas/RS: um estudo de caso sobre diferentes docências.** 2021. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS\\_837529d0c991b7ac64c6ed60c98ce2b8](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_837529d0c991b7ac64c6ed60c98ce2b8). Acesso em: 26 nov. 2023.

SILVA, Giana Friedrich Gomes da. **De pedagogo para pedagogo: diálogos a respeito da criança com altas habilidades/superdotação.** 2022. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria Centro de Educação. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSM-20\\_977e537068f7e9f605465d9acd2a99c2](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSM-20_977e537068f7e9f605465d9acd2a99c2). Acesso em: 26 nov. 2023.

SILVA, Geane das Chagas. **Perspectiva docente quanto à inclusão: aspectos pedagógicos e arquitetônicos em questão.** 2021. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2021. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFAM\\_cfc944ccacae6132ffd7ee27bd43dcaa](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFAM_cfc944ccacae6132ffd7ee27bd43dcaa). Acesso em: 27 nov. 2023.

SILVA, Thainá Ariane da. **A participação das crianças nos anos iniciais do ensino fundamental I: o que propõem as publicações de 2015 a 2020 para melhoria das práticas educativas dialógicas.** 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/16274>. Acesso em: 26 nov. 2023.

SHIMITE, Amabriane da Silva Oliveira. **Concepções de deficiência e Altas Habilidades ou Superdotação na Educação Superior.** Marília, 2022. 269 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP\\_50001e6c2c30c83438505645bbd304a0](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_50001e6c2c30c83438505645bbd304a0). Acesso em: 27 nov. 2023.

TANIHARA, Ingrid Luana Souza Rosário. **A educação especial e inclusiva no Plano Nacional de Educação: mapeamento da meta 4 na cidade de Porto Nacional no estado do Tocantins.** 2021. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30\\_7b60e952326aa5dd68909a0beac3b003](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_7b60e952326aa5dd68909a0beac3b003). Acesso em: 27 nov. 2023.

TREVISAN, Suzana. **As políticas de Educação Especial em Institutos Federais: singularidades na educação profissional e tecnológica.** 2023. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas, 2023. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNILASALLE\\_d58cd9d108369c0748f68c4ff745cf03](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNILASALLE_d58cd9d108369c0748f68c4ff745cf03). Acesso em: 27 nov. 2023.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento na Área das Necessidades Educativas Especiais, Salamanca, Espanha, 1994.** Disponível em: <http://www.madeira-edu.pt/LinkClick.aspx?fileticket=7fr0EPRPiY4%3D&tabid=304&mid=1656>. Acesso em: 13 out. 2023.

VIEIRA, Charyze de Holanda. **Judicialização da Educação Especial para Inclusão Escolar na Rede Regular de Ensino no Município de Corumbá-MS.** 2021. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Disponível em: [https://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UFMS\\_0126acf30b461142e5867b70f330e16f](https://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UFMS_0126acf30b461142e5867b70f330e16f). Acesso em: 25 nov. 2023.

Submissão em: 12/04/24

Aceito em: 15/04/25

Citações e referencias  
conforme normas da:

